

**A|P|H**



Realizado  
com o apoio de:

Fundação Calouste Gulbenkian

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

Instituto de Ciências Sociais

**a**  
**Const**  
**Soc**  
**Passa**  
**do**  
**ruç**  
**ão**  
**do**  
**Passado**

**27 & 28 Nov**

Fundação  
Calouste Gulbenkian

Fac. C.S.&H.  
Universidade Nova de Lisboa

*Actas do Encontro 27, 28 Nov. 87*

# OS ARQUIVOS OFICIAIS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PASSADO

JOSÉ MATTOSO \*

Nunca ninguém jamais saberá explicar a que se deve o sucesso medieval da Peregrinação de Compostela: foi um fenómeno religioso espontâneo ou uma operação de propaganda bem montada? Resultou apenas da convicção que os fiéis tinham de aí prestar culto às relíquias do mais venerável Apóstolo depois de S. Pedro, ou à capacidade de organização demonstrada pelo arcebispo Diego Gelmírez, que soube acolher os peregrinos, obter a protecção dos reis de Leão e de Castela, garantir a confiança de instituições religiosas tão influentes como o mosteiro de Cluny, e merecer a protecção, os privilégios ou pelo menos a tolerância do Papa e dos seus legados? A verdade é que o próprio sucesso da organização perdurou na memória dos homens até aos dias de hoje, como uma realidade impossível de apagar totalmente, em boa parte porque Diego Gelmírez utilizou, como um dos mais importantes instrumentos da sua acção, a compilação de um arsenal de provas que ainda hoje nos impressiona pelo seu incomparável vigor: a *História Compostellana*.

Que é a *História Compostellana*? Um importante conjunto de documentos de arquivo cerzidos por um fio narrativo com excelentes qualidades dramáticas, e por isso mesmo fortemente comunicativo. É, no fundo, o arquivo escrito e narrativo de que se serviu Diego Gelmírez, tanto para fundamentar as suas reivindicações de príncipe eclesiástico, como para difundir num vasto público a ideia de que Compostela era o pólo mais importante da Cristandade depois de Roma, ou talvez mesmo depois de Jerusalém. Um arquivo já adaptado à apropriação da memória, mas ainda visível na transição completa de um grande número de actos oficiais, dotados de todos os elementos da solenidade jurídica destinados a perpetuar o seu efeito. Como um discurso de advogado que, no meio da sua exposição bem urdida, apresenta todas as peças jurídicas que o fundamentam. Um arquivo dotado de todos os ingredientes necessários para se tornar instrumento privilegiado da construção social do passado. Instrumento que, de facto, produziu o seu efeito, isto é, a justificação do papel de Compostela. A partir daqui, tornou-se ele próprio fundamento, ponto de apoio, pedra angular no edifício construído. Pedra viva, de alguma maneira, porque a função social que este edifício desempenha, ao tornar-se memória

---

\* F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa

colectivamente apropriada, ao tornar-se passado construído, requer constantes adaptações às novas funções que se lhe impõem. Para as fundamentar, será necessário recorrer de novo ao arsenal de provas, ao arquivo, ou seja, ao fundamento material da memória. Aí se buscam novos dados, novos argumentos, novas justificações, para refazer uma memória progressivamente enriquecida e sempre em mutação.

Para muitos, o arquivo, aqui no caso a *História Compostellana*, não é o pólo desencadeador da construção do passado, mas a *marca* do próprio passado, na sua inteireza e na sua objectividade. Não é testemunho do passado *imaginário* que Diego Gelmírez quis construir, mas o passado *real* que, além dele, tinha muitos outros protagonistas e figurantes. Para esse, a História, mesmo a difundida pelo sistema político e pelo poder constituído, exprime o passado objectivo. Esses esquecem que o sistema político cria, do passado, a imagem que convém e é necessária à sua própria reprodução.

A verdade é que, imaginário ou não, o passado construído pelo poder político, religioso ou económico se torna ele próprio activo, isto é, inspirador de comportamentos colectivos e de decisões pessoais. O passado imaginário tecido em torno de Santiago de Compostela nem por ser fictício no todo ou em parte, deixou de contribuir enormemente para manter o vigor, as modalidades e as características próprias da peregrinação e do papel desempenhado por este centro na História religiosa, cultural, política e económica da Península Ibérica e até da Cristandade europeia.

Há, portanto, um mito compostelano. Ao designá-lo assim, procuro distingui-lo da realidade objectiva, que não me interessa agora, e que portanto não pretendo classificar de mistificação, problema que agora também não me interessa.

Na sua desmontagem, o papel desempenhado pela *História Compostellana* ou, por outras palavras, pelo arquivo de testemunhos reunidos por ordem de Diego Gelmírez assume, não há dúvida, uma importância fundamental. Acontece o mesmo com uma grande quantidade de factos reais ou imaginários tomados memória e, por isso mesmo, constitutivos da consciência do passado. Até à emergência da história estrutural, e sobretudo até ao aparecimento da história das mentalidades, os historiadores ignoraram geralmente esta função de arquivo, isto é, a de operar um trabalho *selectivo* dos materiais oferecidos à memória. Até há pouco, os historiadores consideravam as peças de arquivo como textos propriamente documentais, isto é, como destinados a servir as necessidades da intercomunicação corrente, e não como textos monumentais, isto é, como produzidos pelo poder constituído para perpetuar as acções consideradas notáveis; ao fim e ao cabo, como textos destinados a assegurar a perpetuação desse mesmo poder. Sendo assim, não se punha em dúvida a veracidade dos documentos arquivísticos, uma vez provada a sua autenticidade. Não eram examinados os objectivos que os seus autores tinham quando os produziam. Esquecia-se a busca destes elementos para fundamentar a sua

própria interpretação. Consequentemente, também não se punham em causa os critérios de selecção dos fundos arquivísticos na fase da sua constituição e do enriquecimento ao longo dos tempos. Não existia a noção de que o arquivo fosse ele próprio um instrumento da construção da memória, orientada pelo poder.

Talvez seja bom reflectir sobre isto no momento em que está já em fase adiantada o primeiro edifício que neste país se construiu expressamente para abrigar o Arquivo Nacional. Fazer uma monumental nova Torre do Tombo, depois do 25 de Abril, corresponde a pretender edificar sobre novas bases a memória da Nação. Que memória? Eis a pergunta feita ontem aqui pelo Dr. Marques da Costa, e que é bom recordar, mesmo se lhe podermos dar resposta alguma.

Estas considerações iniciais, afinal de contas tão elementares, podem levar a rever cuidadosamente uma grande quantidade de factos da nossa história considerados solidamente estabelecidos pelos eruditos mais respeitáveis e até pelos autores menos suspeitos de subserviência ao poder estabelecido. Dêmos alguns exemplos. Alguns dos testemunhos mais utilizados, e considerados mais seguros pela nossa história medieval, procedem dos cartulários diocesanos e monásticos dos séculos XII e XIII. Cada um deles é um miniarquivo: é uma colecção de documentos copiados em códice, para servirem de provas aos direitos fundiários ou jurisdicionais das instituições que os encomendaram e guardaram. Todavia, esquece-se frequentemente que muitos deles foram organizados com objectivos muito específicos. Assim o *Liber Fidei* da Sé Catedral de Braga destinava-se a constituir um arsenal, não só para aí se registarem as provas das propriedades do Cabido e da Mitra, mas também preservar as que se brandiam contra as pretensões dos prelados com os quais se sustentaram polémicas intermináveis ao longo de toda a Idade Média e ainda depois disso: contra Santiago de Compostela, por causa dos direitos metropolitanos sobre as dioceses sufragâneas pretendidas pela Sé galega; contra Lugo, onde o arcebispo de Braga estivera exilado durante séculos e que pretendia exercer em nome próprio direitos reivindicados por Braga; contra Toledo, cujo arcebispo se proclamava o Primaz das Espanhas em concorrência com o bracarense; contra certos abades de ordens monásticas, que tentavam eximir-se ao pagamento de alguns direitos eclesiásticos devidos aos arcebispos ou que pretendiam mesmo ser isentos da sua autoridade eclesiástica. Não se pode esquecer nada disso sob pena de, com esses materiais, se construir um passado tão imaginário como o que os arcebispos de Braga mitificavam para proveito próprio.

Outro exemplo é o do *Livro Preto da Sé de Coimbra*, não menos vulnerável para os nossos medievalistas do que o *Liber Fidei*. O seu principal objectivo era, porventura, tentar reunir as provas acerca da posse e da jurisdição do bispo de Coimbra sobre terras e igrejas que outrora lhe haviam pertencido e passaram, no fim do século XI e princípio do seguinte, a estar sujeitas à diocese do Porto. Simetricamente, um dos principais objectivos do *Censual do Cabido da Sé do Porto* era reunir as provas inversas acerca do mesmo território.

Sendo assim, seria necessário rever a documentação destes cartulários, para verificar até que ponto estes factos condicionam a interpretação dos respectivo conteúdo. Podem ter suscitado falsificações ou interpolações de natureza vária. Devem ter excluído peças incómodas ou contraditórias.

A produção dos próprios cartulários torna-se, por outro lado, elemento fundamental da história diocesana e testemunho dos meios de luta desenvolvidos para alcançar os objectivos pretendidos.

Um dos mais curiosos exemplos da influência de intenções muito precisas na constituição de conjuntos arquivísticos foi referido há relativamente pouco tempo por Luís Krus acerca da publicação do volume da *Chancelaria do rei D. Pedro*. Aparentemente, o volume era inócuo e, por isso mesmo, apoio privilegiado da historiografia positivista. Bem vistas as coisas, situa-se ele próprio na acção de assimilação e de classificação documental que a chamada reforma de Gomes Eanes de Zurara executou no arquivo régio, na segunda metade do século xv, e da qual resultaram cópias parciais não só dos livros da chancelaria de D. Pedro, mas também dos I a IV de D. Dinis, do II de Afonso IV, dos I e II de D. Fernando, dos I a IV de D. João I e do I de D. Duarte. Na cuidadosa recensão à dita publicação, refere-se Luís Krus a não poucos elementos que tornam a transcrição documental elemento da maior importância na reconstrução de uma memória para a qual já antes Fernão Lopes tinha contribuído tão poderosamente. Não são inócuos nem ocasionais a selecção ou o relevo dado a alguns elementos que o leitor incauto pode facilmente deixar passar sem se aperceber da sua função.

Não menos significativo do que este amplo trabalho arquivístico na Torre do Tombo foi o que se realizou aí também no tempo de D. Manuel com a célebre «Leitura Nova». Aqui, com recursos muito mais poderosos. Não se tratava apenas de dotar a administração régia de códices mais fáceis de ler e cujos elementos se podiam procurar muito mais rapidamente, e que, por isso mesmo, asseguravam o funcionamento do poder de maneira prática e eficiente, mas também de acentuar a «monumentalidade» e o significado desses instrumentos arquivísticos, usando como sinais próprios da autoridade régia as dimensões dos códices, a regularidade e a clareza da escrita, o embelezamento decorativo das iluminuras e letras iniciais, a ostentação das insígnias da coroa como marca de um poder triunfante e glorioso. O cuidado posto pelos auxiliares de D. Manuel nas iluminuras da Leitura Nova e na escolha dos símbolos do poder foi também recentemente posto em relevo por Ana Maria Alves.

Estas peças de arquivo, tão conhecidas, revelam, na sua própria forma, na selecção dos documentos, e mesmo na introdução de dados que não constam dos originais, um propósito de construção da memória nacional. Devem, portanto, ser postas em paralelo com as medidas arquivísticas e historiográficas tomadas por D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, de um lado, e por D. Manuel e D. João III, do outro. Os seus executores são, como se sabe, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara

entre 1419 e 1473, e Rui de Pina, Fernão de Pina e Damião de Góis entre 1504 e 1552. Todos eles foram cronistas régios, o que mostra bem a íntima relação entre a arrumação arquivística e a preservação da memória dos feitos da coroa, nesta fase do passado nacional. A importância atribuída por D. Manuel a esta tarefa está claramente expressa por ele próprio numa carta régia de 1517 pela qual ele encarregava Tomé Lopes de continuar o trabalho encetado por Rui de Pina na Torre do Tombo:

*A quantos esta nossa carta virem, fazemos saber que considerando Nos de quanta importância é o corregimento da nossa Torre do Tombo, e inda no modo em que está ordenado, a mais honrada cousa de semelhante qualidade que em parte alguma possa haver; e para que os officiaes e pessoas a que o tenho encarregado se apliquem da melhor vontade, etc.*

Quatro anos mais tarde, o mesmo rei lembrava-se muito especialmente da mesma tarefa à hora da morte, como diz no seu próprio testamento:

*Item, eu tenho mandado entender no corregimento da Torre do Tombo, e concerto das escrituras dela, no que já agora é começado, e se faz, por me parecer que sera couza mui proveitoza, e ainda no modo em que esta ordenado a mais honrada couza de similhante qualidade que em parte algũa do mundo se possa ver; porem muito encomendo e mando, que se acabe tudo de fazer, assi a obra da mesma Torre, com o concerto e treslado das escrituras della, no modo em que o tenho ordenado.*

A íntima relação entre arquivos e propósito político de construção da memória altera-se, no entanto, a partir de meados do século xvi. Assim o insinua a distinção dos cargos de cronista-mor do reino e de guarda-mor da Torre do Tombo, iniciada com a nomeação de Damião de Góis apenas para o segundo cargo.

Neste momento, tratava-se de uma distinção meramente formal, porque quem, de facto, deixa uma obra cronística é Damião de Góis, o guarda-mor, e não o seu rival, o cronista-mor, D. António Pinheiro. A divergência, porém, acentua-se claramente na época filipina: os guardas-mores da Torre e os seus escrivães são funcionários de carreiras curtas de perfil burocrático e sem qualquer produção literária, ao passo que os cronistas fazem as suas obras fora da Torre, mesmo quando a frequentam e aí vão procurar documentação.

Assim acontece com os autores da *Monarquia Lusitana*, desde Fr. Bernardo de Brito até aos seus continuadores do século xviii. De facto, a história torna-se uma actividade eminentemente literária, que era preciso submeter aos esquemas, primeiro da retórica clássica e depois da retórica barroca. Consequentemente, o arquivo só lhe interessava na medida em que fornecia as provas de uma gesta gloriosa e exemplar da qual os reis e os membros da sua família eram, obviamente,

os protagonistas privilegiados. Assim, à oposição guarda-mor — cronista-mor corresponde a oposição arquivo como fundamento da administração e arquivo como fundamento da história. No afã de encontrar os testemunhos de um passado que enchia de orgulho os seus prescritores, copiam-se, pedem-se emprestadas ou até se roubam escrituras da Torre do Tombo. Todo o fidalgo que se preza colecciona as proezas dos seus antepassados. Quando não as encontra, inventa-as, como as inventaram os cronistas Fr. Bernardo Brito e Fr. Nicolau de Santa Maria ou o antiquário Gaspar Álvares de Lousada e outros do mesmo género. Para eles, e muitos outros da mesma época, os documentos que nada contam de «importante» só servem para deitar fora. Para os arquivistas, o que já não serve para a administração também pode ser destruído ou arrumado sem se classificar. Os critérios de selecção variam, portanto, conforme o passado que se quer construir.

Só muito lentamente emerge a atenção sistemática a certo tipo de dados históricos, como os dados cronológicos, as listas de reis, bispos, ou abades, e a consequente atenção dada às peças documentais que registam o seu nome, mesmo quando nada referem de «importante». Esta emergência do espírito de coleccionador de dados objectivos, independentemente do seu valor exemplar, está intimamente associada ao aparecimento das regras da crítica e ao trabalho de edição de textos antigos e medievais. Refiro-me, como se sabe, a dom Jean Mabillon, com o seu *De re diplomatica*, publicado em 1681, e aos Jesuítas Belgas, ou Bolandistas, e Beneditinos Franceses, ou Mauristas. Não é por caso que tudo isto se podia considerar até há pouco como fazendo parte das chamadas ciências auxiliares da história. Por mais importância que lhes atribuíssem, constituíam apenas a reunião de materiais para uma história «verdadeira», inatacável, mas cuja concepção continuava a ser da narrativa literária tecida de feitos gloriosos dos protagonistas do poder, para ensinamentos dos súbditos. A necessidade de a apresentar como «verdadeira» era, afinal, consequência da polémica entre católicos e protestantes, ou, noutros contextos, da emulação entre as casas reinantes, mesmo as que pertenciam a idêntica confissão religiosa, ou até da emulação entre ordens religiosas. A caça às glórias dos antepassados podia sempre provocar a contestação de quem se considerava o seu verdadeiro proprietário. As glórias de alguém suscitavam sempre rivais e a consequente contraposição de glórias superiores. A possibilidade de contestação obrigava a apresentar as provas da veracidade. Sendo assim, o arquivo já não era apenas o repositório de informações que a memória oral esquecera, mas também o arsenal das provas de títulos susceptíveis de serem ostentados no teatro das vaidades mundanas ou das glórias sagradas.

Todavia, a contaminação da História pela erudição das ciências auxiliares só muito lentamente provocou a transformação da arquivística. Os arquivistas continuaram a ser amanuenses que copiavam as peças segundo as instruções dos antiquários, ou os lacaios que as arrumavam e classificavam sob as ordens de guardas-mores de perfil burocrático. Assim parece ter acontecido até ao fim do

Antigo Regime, excepto em algumas instituições eclesiásticas no fim do século XVIII como veremos em breve. De facto, João Pedro Ribeiro, o fundador da ciência diplomática portuguesa, que tantos cartórios monásticos, diocesanos e concelhos examinou, e que iniciou na própria Torre do Tombo a aula de Diplomática, não exerceu nunca um cargo de direcção arquivística. Desde a época pombalina, no entanto, que o espírito iluminista atingia também a Torre do Tombo. Assim o insinua a figura dedicada e incansável do brigadeiro Manuel da Maia, a quem se deve o trabalho de salvação do arquivo nacional depois de ter ruído a torre do Castelo de S. Jorge em que ele se encontrava em 1755. Por ordem deste Guarda-Mor e do seguinte, João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, criaram-se na Torre do Tombo muitos dos instrumentos de busca que ainda hoje ali se usam, nomeadamente os chamados volumes de índices das chancelarias régias. Eram, ainda, funcionários burocratas, mas zelosos e com espírito de organização. Isto não impediu as queixas de vários eruditos que pela mesma época começavam a vasculhar o Arquivo Nacional à busca, não já de factos gloriosos, mas de um verdadeiro conhecimento do passado, principalmente através da reconstituição das suas instituições e costumes, como José Anastácio de Figueiredo ou Fr. Manuel do Cenáculo.

No arquivos eclesiásticos, a situação era um tanto diferente, nesse fim do século XVIII. Muitos cartórios tinham sido bastante desfalcados nos séculos XV e XVI, mas a organização trazida pela reforma pós-tridentina, com incidências particulares na administração dos domínios, tornou necessária nova arrumação dos seus fundos documentais e a criação de instrumentos administrativos como os tombos e registos das rendas pagas. Todavia, só para o fim do século XVIII, então já sob a influência dos bolandistas e do mauristas, se verifica uma tendência mais firme para a arrumação sistemática dos cartórios. Foi durante os anos em que João Pedro Ribeiro os visitava pacientemente. Um monge beneditino, Fr. António da Assunção Meireles, arrumou vários, elaborou cuidadosos índices e roteiros e redigiu também algumas memórias históricas, unindo assim o labor arquivístico à erudição.

Foi desta escola que se formou outro excelente arquivista e memorialista, Fr. Bento de Santa Gertrudes, que trabalhou em Tibães e no mosteiro de Vairão e viveu fora do mosteiro depois da exclausuração de 1834, e ainda o célebre cardeal Saraiva, em religião Fr. Francisco de S. Luís, além de outros monges menos conhecidos.

Todavia, não era só entre beneditinos que se unia a erudição ao trabalho arquivístico. Conheço menos os outros cartórios eclesiásticos, mas os actuais frequentadores do arquivo da mitra de Braga ainda hoje se servem de índices e roteiros de excelente qualidade e elaborados na segunda metade do século XVIII. Os Jerónimos e oratorianos também tinham os seus cartórios bem organizados.

Foi aqui que nasceram os primeiros arquivistas de novo perfil na época liberal. Com efeito, o primeiro guarda-mor da Torre do Tombo nomeado depois do triunfo de D. Pedro IV foi precisamente Fr. Francisco de S. Luís Saraiva, cuja curiosidade

por documentos de toda a espécie, incluindo muitos de carácter económico, o levou a salvar da destruição não poucos escritos deste género, para grande benefício dos investigadores actuais.

A época liberal trouxe, porém, novas concepções acerca do património documental. Com a secularização dos bens das ordens religiosas, recolheram-se aos arquivos distritais enormes massas de documentos que, numa primeira fase, ainda podiam ser considerados como provas documentais das propriedades confiscadas, mas que em breve deixaram de servir para esse fim, quando elas foram vendidas em hasta pública. É neste momento que surge a figura de Herculano para exercer uma influência determinante sobre a concepção dos depósitos documentais do Estado como arquivos históricos de interesse nacional. A Torre do Tombo recebe em 1836 os documentos conventuais dos distritos de Lisboa, Santarém e Leiria, e mais tarde juntaram-se-lhe outros documentos anteriores a 1279 vindos de o todo país. A intenção de aí reunir as provas documentais da *História de Portugal* de Herculano é, portanto, muito evidente. Formam-se assim as duas partes da chamada colecção Especial. Mais tarde, em virtude de uma lei de 1862, e ainda sob a influência de Herculano, recolheram-se dos arquivos distritais os documentos de todas as origens anteriores a 1600, constituindo-se então com eles a secção das Corporações Religiosas. A estas remessas se veio juntar, entre 1910 e 1912, uma nova incorporação, constituída, então, por documentos de todas as épocas, recolhidos em virtude das secularizações da época republicana. Só em 1917 se consagrou o princípio da descentralização dos arquivos públicos, com a criação de depósitos distritais a partir de núcleos monásticos que, por razões mais ou menos fortuitas, não haviam chegado a ser transferidos para Lisboa, por documentos paroquiais, diocesanos, notariais, judiciais, e da administração regional.

O processo resultava obviamente de se pretender criar um grande depósito histórico em Lisboa e de o colocar ao serviço dos historiadores. Mais tarde, de criar depósitos secundários da mesma natureza em centros regionais. Era um serviço público para bem da cultura nacional. Segundo as concepções do Estado-providência, transformava-se o arquivo num depósito onde a memória colectiva da Nação e a reconstituição erudita do passado podiam encontrar os seus fundamentos verídicos, objectivos, irrefragáveis. Os seus intérpretes privilegiados, porém, já não eram os vassalos dos príncipes ou os monges à procura das glórias dos seus antepassados; eram os intelectuais, geralmente de origem burguesa, qua aí passaram a buscar, antes de mais, as marcas de um lento progresso que teria necessariamente de desembocar no triunfo da ciência, do liberalismo e da democracia.

Deixemos de lado a maneira como os regimes republicano e nacionalista viram os arquivos, e que no fundo não alteraram muito as concepções da burguesia liberal. Esta mostrou-se, de facto, pouco propensa a inventariações sistemáticas e completas, porque estava demasiado preocupada com a implantação de um regime persistentemente contestado, como de resto aconteceu com os que se seguiram. Não

admira, portanto, que as concepções arquivísticas verdadeiramente científicas não chegassem a trazer resultados efectivos, e que os governos de todas as cores políticas que se sucederam entre 1834 e 1974 tivessem, afinal, mesmo quando se proclamavam tão ardentes defensores das tradições nacionais como o Estado Novo, cuidado bem pouco do património arquivístico e da sua valorização. A História estrutural só se impôs verdadeiramente nos últimos dez anos. Só então se generalizou o imperativo da preservação, inventariação e classificação sistemáticas dos testemunhos do passado. Quer se considere o arquivo como o repositório de testemunhos históricos fundadores da memória colectiva, quer como o repositório de uma informação completa acerca do passado, para todos os fins, históricos ou não, o arquivo deixou de ser, como tal, o ponto de partida privilegiado da construção social do passado. Quero com isto dizer que a construção do passado enquanto memória colectiva, o que, creio, implica sempre uma certa unificação, deixou de ter o arquivo como seu primeiro suporte. Com efeito, a concepção do arquivo como fundamento da memória, torna-o selectivo. Inversamente a sua concepção como depósito sistemático e completo, como depósito não selectivo, torna-o como uma espécie de campo neutro, onde se encontram informações disponíveis para todos os fins e não apenas, nem sequer principalmente, para a construção da História, seja ela científica ou de divulgação.

As concepções arquivísticas do nosso país estão, neste momento, em profunda mutação. Espero que aquela a que me refiro, de depósito não selectivo, prevaleça definitivamente, apesar da ressurgência, porventura inevitável, das mitificações de todas as cores e dos monumentos que o poder político sempre há-de querer construir.